

**Nacional**

CONTAS PÚBLICAS

# Revisão do Orçamento Geral da União será encaminhada ao Congresso

por Ivanir José Bortot  
de Brasília

O presidente da República, Fernando Collor de Mello, deverá encaminhar ainda hoje ao Congresso Nacional a nova versão do Orçamento Geral da União de 1990. O superávit, estimado pelo governo federal em 1,22% do Produto Interno Bruto (PIB) pelo conceito operacional, está sendo sustentado, basicamente, por um corte no pagamento dos encargos da dívida pública mobiliária federal.

As despesas para este ano com encargos da dívida pública mobiliária federal, estimadas em 5,1% do PIB, acabaram ficando em 1,8% do PIB. O governo federal, devido à inflação alta esperada para este ano na versão original do orçamento, havia estimado em Cr\$ 1.290 trilhão o desembolso que teria que fazer para cobrir os encargos da dívida mobiliária.

O plano de estabilização da economia, que manteve congelado junto ao Banco Central 80% do principal, acabou reduzindo os encargos para apenas Cr\$ 453,2 bilhões.

O segundo fator fundamental que está contribuindo com superávit do governo aparece no orçamento através da desindexação das receitas e despesas com índices de inflação. "A redução de despesas por conta da reforma administrativa, ao contrário do que o governo vinha esperando, será irrisória", disse uma fonte do governo. A economia fundamental será feita devido à polí-

tica de congelamento dos salários dos funcionários públicos, que vem sendo executada desde março deste ano. Os efeitos da reforma administrativa deverão acontecer efetivamente a partir de 1991.

As receitas do governo deverão contribuir significativamente. O recolhimento de impostos deverá representar 7,4% do PIB — a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que será cobrado a partir do dia 25 deste mês, vai representar 0,25% do PIB. "O maior ajuste que vem sendo feito pelo governo é das despesas. As receitas daqui para frente deverão se estabilizar nestes patamares", disse a fonte.